

DIÁRIO DA AMAZÔNIA

Quem lê, gosta



Rondônia R\$ 2,00
Outros estados R\$ 4,00

Rondônia

Terça e Quarta-feira, 16 e 17 de Fevereiro de 2021

Ano XXVI
Edição Nº 7763



Divulgação/Diário da Amazônia

Previsão é de que a eletricidade, sem alívio da bandeira tarifária e com a Conta-Covid, também terá reajuste de preços além do normal neste ano

CONTA DE ENERGIA TERÁ ALTA SIGNIFICATIVA EM 2021

Rejustes / Nas bombas, os combustíveis estão numa escalada de aumento desde o ano passado

CORREIO BRAZILIENSE
jornal@diariodaamazonia.com.br
@DiarioAmazonia

Sem trégua para o consumidor. Em meio a uma pandemia, que ceifou quase 240 mil vidas e acabou com a fonte de renda de milhões de pessoas, os brasileiros ainda precisam lidar com a disparada do preço da energia. A eletricidade, vital para quase todas as atividades, e os combustíveis, essenciais para o trânsito de pessoas e de produtos, pesam cada dia mais no bolso dos consumidores. No início da semana passada, a Petrobras anunciou o terceiro aumento da gasolina no ano e o segundo, do diesel. No sábado, houve repasse das distribuidoras no valor do etanol anidro, que compõe 27% da gasolina vendida nas bombas.

Os preços dos combustíveis são o pivô de um embate entre o Palácio do Planalto, governos estaduais, Petrobras, refinarias, distribuidoras e postos. Cada um dos elos da cadeia atribui a responsabilidade aos demais. Nas refinarias da Petrobras, a gasolina acumula aumento de 22% em 2021, e o diesel, alta de 10%. O reajuste para o consumidor, no entanto, é bem maior, por conta do etanol e dos tributos.

Além disso, a cada 15 dias, a base de cálculo da alíquota do ICMS, que varia conforme o estado, é revisada. Na última segunda-feira (8) houve aumento de R\$ 0,16 na refinaria. E hoje, Terça-Feira de Carnaval, terá mais uma alta de R\$ 0,10 referente ao ICMS. Quando há reajuste da Petrobras, o aumento chega maior do que o anunciado, pois os postos não compram de refinarias e sim de distribuidoras, que ainda acrescentam seus custos. As vendas, por sua vez, acrescentam sua margem de lucro.

Segundo a Federação Nacional do Comércio de Combustíveis (Fecombustíveis), as margens brutas da gasolina e

do diesel, na revenda, são de 9,8%. Para a entidade, o que mais encarece os combustíveis, no Brasil, são os impostos. “Mais do que nunca é necessário fazer a reforma tributária no país. A Fecombustíveis entende que a unificação das alíquotas do ICMS e o combate à sonegação fiscal devem ser as prioridades para minimizar a evasão fiscal e aprimorar o sistema tributário.”

Carlo Faccio, diretor geral do Instituto Combustível Legal (ICL), explica que o setor de combustíveis arrecada, anualmente, mais de R\$ 135 bilhões em tributos. Em alguns estados corresponde a mais de 25% do total da arrecadação de ICMS. “Como 45% do preço final são impostos, qualquer distorção quanto ao não pagamento destes tributos provoca desvios de concorrências e tirar as empresas leais do mercado.”

Pressão

Pressionado pelos caminhoneiros, que ameaçaram uma greve no início do mês, o governo federal anunciou mudanças na tributação dos combustíveis. Na sexta-feira passada, o presidente Jair Bolsonaro encaminhou, ao Congresso, projeto de lei complementar (PLP) que visa estabelecer alíquota uniforme e específica do ICMS para combustíveis. Segundo o Planalto, a medida dispõe que os estados e o Distrito Federal disciplinarão as diretrizes do PLP, mediante deliberação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), no prazo de 90 dias.

Pela proposta do governo, o imposto caberá ao estado onde o produto for consumido. “O objetivo da medida é estabelecer, em todo o país, uma alíquota uniforme e específica. Com isso, o ICMS não irá variar mais em razão do preço do combustível ou das mudanças do câmbio”, diz a nota do Planalto. Se houver um aumento do tributo, o novo valor somente entrará em vigor após 90 dias, “o que dará mais previsibilidade ao setor”.

Fatura pesada

Não dá nem para pegar fôlego, porque a fatura de energia elétrica também



“Se tem um lugar onde uma penada (decisão de governo) pode fazer muito é nessa metade da conta de luz. O ICMS é o que pesa mais”.

André Pepitone / Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)



“A [...] unificação das alíquotas e o combate à sonegação fiscal devem ser as prioridades para minimizar a evasão fiscal e aprimorar o sistema tributário.”.

Nota da Fecombustíveis / Federação Nacional do Comércio de Combustíveis

vai pesar este ano. O aumento pode ser de mais de 13%, admite o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone. Estimativas da empresa do setor elétrico TR Soluções, no entanto, calculam alta média no país de 14,5% e de até 21,2% no Centro-Oeste.

Para piorar, o regime de chuvas do período úmido não é suficiente para recompor os reservatórios das hidrelétricas, e a bandeira tarifária, que costuma ser verde nesta época do ano, sinaliza acréscimo na conta de luz. Além disso, a tarifa sofrerá impacto do início do pagamento da Conta-covid e da alta do dólar, por conta da energia de Itaipu, comercializada na moeda norte-americana.

Na fatura de energia, também há alta incidência de impostos, sendo que a alíquota do ICMS varia entre 25% e 35% nos estados, e a política de preços inclui uma série de encargos e subsídios na chamada Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), rateada entre todos os consumidores. Segundo o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, 47% da tarifa são tributos e encargos. “Se tem um lugar onde uma penada (decisão de governo) pode fazer muito é nessa metade da conta de luz. O ICMS é o que pesa mais”, ressalta.

Além disso, a energia de Itaipu, que atende os subsistemas do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, tem o custo atrelado ao dólar. Só em 2020, a moeda norte-americana valorizou quase 30% ante o real. Este ano, acumula alta de 3,6% (veja mais no quadro).

Segundo Alexei Vivan, presidente da Associação Brasileira das Companhias de Energia Elétrica (ABCE), também vai pesar nas contas de energia o empréstimo que as distribuidoras tomaram por meio da Conta-covid, de R\$ 15 bilhões, a ser pago em cinco anos, portanto com R\$ 3 bilhões a vencer em 2021. “Também houve aumento nos custos de transmissão, de geração, nos encargos e na CDE. As distribuidoras vão repassar tudo para a fatura, porque as empresas não têm gestão sobre isso. Apenas arrecadam e transferem, ficando com uma pequena parte”, indica.